



---

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa deverá apreciar logo mais a nova versão da chamada Medida Provisória do Bem, agora sob o número 255, decorrente de emendas procedidas no âmbito do Senado Federal, numa reformulação do que se pretendeu estabelecer por meio da MP nº 252, infelizmente sem a acolhida esperada pela opinião pública brasileira, neste plenário.

Após exaustivos debates na outra Casa do nosso Parlamento, a matéria retorna, agora, ao exame deste Plenário, ensejando, assim, que se reveja o posicionamento anterior, objeto de tantas discussões entre situacionistas e oposicionistas, com prejuízos evidentes para os que seriam beneficiados pelo texto governamental, acrescido de inovações, decorrentes de emendas da lavra dos nossos eminentes colegas.

Sabe-se que a nova redação prevê a instituição de zona franca nos Estados do Pará e Amapá, com o patrocínio do Senador José Sarney, que representa essa última unidade federada. Nela S.Exa. passou a exercer legítima liderança a partir de 1990, quando ocorreu a autonomia política do antigo território, por força da vigência da Carta Cidadã de 5 de outubro de 1988, da qual é primeiro signatário o saudoso homem público Ulysses Guimarães, qualificado como o mais autêntico reconstrutor do Estado Democrático de Direito, que passamos a vivenciar, após duas décadas de arbítrio, com cerceamento das liberdades públicas.

Diante da deliberação dos Senadores, em face da exigüidade de tempo de que dispomos, não resta outra alternativa à Câmara dos Deputados a não ser acolher as modificações, sem qualquer obstrução que possa invalidar a vigência do aludido instituto legislativo, ampliado com os acréscimos procedidos, já que nos



achamos muito próximos do período de validade de que se cerca a rumorosa proposição.

Em entrevista prestada na manhã de hoje a um apreciado programa de televisão, o Presidente Aldo Rebelo anunciou a disposição de incluir compulsoriamente a MP na Ordem do Dia da presente sessão, antecedendo, inclusive, a MP nº 258, que, ontem, foi objeto de acirrados debates, com repercussão nas galerias. Nelas se postavam algumas dezenas de interessados no surgimento do chamado Receitão, que congrega servidores da Receita Federal e do INSS.

Se houver entendimento entre as bancadas, é perfeitamente viável que a votação das duas iniciativas se registre sem maiores embargos, nos termos do parecer emitido pelo Deputado Pedro Novais, Relator da referenciada Medida Provisória nº 258, alvo, ainda, de controvérsias que interlocutores qualificados buscam superar nestes instantes derradeiros de tramitação.

Há, assim, a expectativa de que a movimentação dos Parlamentares contribua para o acolhimento imediato da MP nº 255, também já mencionada como MP do Bem, ao mesmo tempo em que se aguarda o desdobramento das conversações de que se vem cercando a MP nº 258, ainda com insurgências de alguns Líderes, propensos a acolher emendas apensadas ao processo respectivo.

Não se pode, pois, desperdiçar esta oportunidade de deliberar sobre temas de tamanha relevância, pondo fim a um enervante andamento, que obstaculiza qualquer outra decisão, inclusive sobre a reforma política, cujo andamento, agora, se acha subordinado à PEC de autoria do Deputado potiguar Ney Lopes, elastecendo transitoriamente os prazos para alterações da sistemática eleitoral e partidária.

Que venha à votação a Medida Provisória nº 255 e, em seguida, a de nº 258, reabilitando a imagem desta Casa diante da opinião pública do País.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Deputados para que permaneçam em Brasília e às Lideranças para que convoquem e avisem os Srs. Parlamentares que haverá votação nominal.

A Medida Provisória nº 255 foi votada nominalmente no Senado, onde não houve consenso. Além disso, foi incluída uma matéria estendendo benefícios da Zona Franca de Manaus para 2 Municípios do Amapá. Esse destaque foi aprovado no Senado Federal e certamente será votado na Câmara dos Deputados. Portanto, não seria razoável que a MP do Bem caísse novamente aqui por falta de *quorum*.

Faço, repito, um apelo às Lideranças para que convoquem seus liderados a permanecerem em Brasília, porque a votação da Medida Provisória nº 255 será nominal.

Solicito ainda aos Deputados que venham o mais rapidamente possível ao plenário para atingirmos o *quorum* e darmos início à votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Faço minhas as palavras do nobre Deputado Ricardo Barros. Em nome do Presidente Aldo Rebelo, faço um apelo aos nobres pares. Precisamos tomar uma decisão sobre a Medida Provisória nº 255, que desonera alguns setores produtivos no País e favorece a exportação, a geração de renda e empregos. É fundamental, portanto, que votemos essa matéria hoje.

Nossa Casa precisa sair dessa fase negativa. Vamos elaborar uma agenda positiva com votações de matérias fundamentais, como, por exemplo, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que V.Exa., nobre Deputado Ricardo Barros, defende tanto, além de outras tantas.

Em nome do Presidente Aldo Rebelo, referendo o pedido de V.Exa. e, ao mesmo tempo, solicito que os Parlamentares venham ao plenário para, o mais rapidamente possível, iniciarmos a Ordem do Dia.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Dr. Benedito Dias.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** (PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para complementar a palavra de V.Exa. e a do nosso colega Ricardo Barros. Essa medida provisória, da qual sou Relator, é de grande importância para a região amazônica, principalmente para o País, porque trata não só da Área de Livre Comércio; trata também de outros setores, da indústria e do comércio, além de outras vantagens que constam da Medida Provisória nº 255 e que precisam ser votadas hoje pelo Plenário.

Faço um apelo para que os colegas permaneçam hoje em Brasília e participem da discussão e votação dessa medida provisória. É importante ser a MP aprovada pela Câmara dos Deputados, tendo em vista que ontem foi aprovada pelo Senado Federal.



---

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Vice-Líder do PTB, solicito à nossa bancada que venha ao plenário marcar presença. Hoje é um dia importante para esta Casa, pois trataremos de duas medidas provisórias importantíssimas: a MP nº 258 e, principalmente, a MP nº 255, votada ontem no Senado Federal.

A Medida Provisória nº 255 abre a possibilidade de investimentos de mais de 10 bilhões de dólares no País, devido à mudança em relação a impostos e leis tributárias excessivas. Ela prevê também a criação, no Pará, de 3 zonas de livre comércio, situadas em Almeirim, Barcarena e Santarém.

O Estado, sensibilizado, agradece.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Alberto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Militão.

**O SR. JOSÉ MILITÃO** (PTB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, daqui a pouco vamos votar a MP do Bem.

A MP nº 255 resgata a MP do Bem, a MP nº 252. Nesse texto que vamos votar está o aumento do teto do SIMPLES para as pequenas e microempresas, passando o das microempresas para R\$240 mil e o das pequenas para R\$2,4 milhões.

Portanto, estamos convocando todos os Deputados da Frente Parlamentar de Apoio a Micro e Pequena Empresa para vir ao plenário e votar essa matéria tão importante para o País.



**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar uma informação e fazer uma proposta a V.Exa.

Estamos neste momento realizando uma reunião com os Líderes de todos os partidos, exceto aqueles que ainda não tomaram conhecimento dessa reunião, a respeito da Medida Provisória nº 255. Estão lá o Relator da MP nº 252 na Câmara dos Deputados, Deputado Custódio Mattos, bem com o Relator da MP nº 255, Deputado Dr. Benedito Dias.

O intuito da reunião, em primeiríssimo lugar, é tomarmos conhecimento, na íntegra, daquilo que foi aprovado no Senado, principalmente, eu diria, em relação ao que veio na Medida Provisória nº 252.

Há divergências, mas há preocupação geral em aprovar a medida, pelo menos em tese, mas não à custa, evidentemente, de se ferir a compreensão de qualquer partido ou bancada.

Em decorrência dessa circunstância, já houve informação nessa reunião, há um requerimento na mesa para retirada de pauta dessa medida provisória. Se votarmos esse requerimento, teremos 2 prejuízos. Primeiro, paramos de procurar o acordo, isso é o pior. Segundo, não se traz benefício para o País, nem para o Governo, nem para a Oposição, nem para a Câmara dos Deputados. A preocupação geral é implantar uma renúncia fiscal sob controle, visando o setor de que trata a antiga Medida Provisória nº 252.

Nesses termos, peço a V.Exa., se possível, desde que também haja acordo de todos os Líderes, e aparentemente há, que suspendamos a sessão por meia hora





---

ou mais para que o debate aconteça, com o nosso compromisso, se V.Exa. assim permitir, de imediatamente virmos a plenário, cada partido com sua posição, para democraticamente fazermos a discussão e irmos a voto.

Então, o apelo, ou proposta, é para que V.Exa., se possível, suspenda a sessão para produzirmos o debate. Os Líderes Alberto Goldman e José Carlos Aleluia estão presentes. Em havendo necessidade, peço ao Deputado Alberto Goldman que fale em nome da Oposição.



**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo apenas em nome do PSDB.

O projeto que veio do Senado Federal ainda está “quente”, porque as cópias ainda estão quentes. V.Exa. sabe bem que ele foi votado na noite de ontem. A matéria é extremamente complexa e está disposta em 139 artigos.

Enfim, os itens da matéria, que inclui a Medida Provisória nº 255 e a Medida Provisória nº 258, que não foram votados, têm de ser listados, discutidos e verificados, pois ainda nem sabemos do que divergir — se divergimos de tudo, de parte ou de nada. As divergências que possa haver não alcançam somente a nós ou qualquer partido, mas ao Governo também.

É preciso um tempo para que agora possamos analisar artigo por artigo, verificá-los, discuti-los e, eventualmente, chegarmos a algum tipo de acordo. Realmente é necessária a suspensão da sessão e por isso faço a V.Exa., Sr. Presidente, esse pedido.

Não adianta marcar uma hora exata, porque na hora em que terminarmos lá voltamos para cá, para dar continuidade à sessão de votação. Caso contrário, evidentemente teremos que deixar que aconteça a votação do requerimento de retirada. Não vejo condição de nenhum partido, nem mesmo o Governo, votar essa matéria agora.



**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, creio que essa proposta é importante.

O Líder do Governo já disse que é importantíssimo que a Câmara aprove esta matéria hoje, tendo em vista os benefícios tributários a algumas empresas de exportação e a reativação de alguns setores básicos da economia. O Líder do PSDB foi muito feliz quando disse que são 139 artigos que precisam ser melhor estudados.

Portanto, gostaria de propor a V.Exa. que suspenda a sessão até as 15h, porque, se houver votação, será por acordo. Assim, haveria tempo para uma ampla negociação, porque são 139 artigos.

Gostaria que fosse feito um amplo entendimento, porque, se não chegarmos a um acordo, não haverá votação. Poderíamos dar continuidade à sessão às 14h. Já transcorreram 2 horas e 20 minutos, e poderíamos ter mais 2 horas e 40 minutos, ou seja, 1 hora e 40 minutos para a sessão e mais 1 hora de prorrogação, totalizando 2 horas e 40 minutos. Nessas 2 horas faríamos negociações e teríamos tempo para almoçar. Depois voltaríamos ao plenário e tentaríamos aprovar esta importante matéria. Qualquer esforço que se faça para votá-la será válido.

Portanto, faço um apelo ao nobre Líder do Governo e aos nobres Líderes do PSDB, da Minoria, Deputado José Carlos Aleluia, do PTB, do PMDB, do PFL, enfim de todos os partidos com assento nesta Casa, para que concordem com a suspensão desta sessão.

Precisamos nos esforçar mais, Srs. Deputados, para que a votação dessa matéria se consubstancie nesta tarde. Temos de mostrar à Nação que estamos



---

preocupados com a economia do País e que esta Casa vota matérias para melhorar as exportações e a economia brasileira como um todo.

É o apelo que faço a V.Exas. neste momento.



---

**O SR. JOSUÉ BENGTON** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PTB concorda com a sugestão do Líder Arlindo Chinaglia e do nosso querido Deputado Inocêncio Oliveira, porque entende que a Medida Provisória nº 255, conforme votada no Senado, traz avanços e inclui itens que haviam sido derrotados aqui, quando da queda da chamada MP do Bem.

A discussão no Colégio de Líderes trará luzes para que a Medida Provisória nº 255 possa ser votada ainda hoje.

O PTB concorda com a suspensão da sessão neste momento.



---

**O SR. WLADIMIR COSTA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero me aliar ao pronunciamento feito pelo nobre Deputado Josué Bengtson, do PTB do meu Estado do Pará, e dizer da importância de uma melhor análise e do bom senso dos Líderes dos diversos partidos para a votação da MP 255. Vamos votar logo essa Medida Provisória para, em seguida, votar também a MP 258. Funcionários da Receita Federal de todos os Estados da Federação estão aqui há vários dias e têm tido uma série de despesas com hospedagem e alimentação. Eles querem sair daqui com um resultado positivo.

Estou muito preocupado com a situação dos funcionários da Receita Federal e com a votação da MP 258. Reconheço também a importância da votação da MP 255, nobre Presidente Aldo Rebelo.



**O SR. JOVAIR ARANTES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, levanto uma questão regimental. A Medida Provisória nº 255 se sobrepõe à de nº 258, porque ela voltou do Senado Federal. É importante que isso fique claro. Somos favoráveis à votação da MP 258. Esperamos também que haja um grande acordo hoje em torno da votação da MP 255, para, imediatamente, começarmos a votar a MP 258.

Semana que vem será uma semana atípica. Há um feriado na quarta-feira. Indago: em não se votando hoje a MP 258, V.Exa. vai convocar os Deputados para, na segunda e terça-feiras, votarem essa medida provisória?

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Respondo a V.Exa.

A Presidência antecipou-se e reafirmou ainda ontem a convocação de sessões deliberativas para segunda e terça-feiras próximas. Haverá sessões apenas de debates na quinta e sexta-feiras. Portanto, na segunda-feira há sessão deliberativa à tarde, com efeito administrativo para as ausências registradas; da mesma forma na terça-feira, pela manhã. Quarta-feira é feriado. Na quinta-feira haverá sessão de debates, portanto, sem votações, e sexta-feira da mesma maneira.

Solicitei aos Srs. Líderes que mobilizassem suas bancadas para que estejam todos presentes aqui já na segunda-feira.

Vou encaminhar a sugestão apresentada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, pelo Líder Alberto Goldman e por outros Líderes no sentido de suspender a presente sessão e considerar este *quorum* para retomada da sessão às 15h.

Consulto os Srs. Líderes sobre se estão de acordo com este encaminhamento.



---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, concordamos com o encaminhamento. Todo esforço no sentido de que possamos construir um acordo para votar a Medida Provisória nº 255 vale a pena. Espero que todos os Líderes concordem com isso, porque todos nós temos pontos de interesse, no bojo dessa medida provisória, que queremos ver aprovados, bem como todos nós ainda temos pontos que queremos ver esclarecidos. Só a suspensão e a reunião no Colégio de Líderes nos proporcionará a possibilidade de votar e aprovar essa medida provisória ainda esta tarde.





---

**O SR. ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB concorda com a sugestão dos outros Líderes. Ainda há alguns pontos que precisam ser mais debatidos e mais esclarecidos. É pertinente, portanto, o adiamento, para que possamos aprofundar a discussão e fazer o acordo que precisa ser feito, porque as MPs 255 e 258 são de fundamental importância para o País.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência quer advertir aos Srs. Deputados que, em questão de ordem suscitada neste plenário em momento anterior, havia se comprometido a não realizar mais suspensões de sessões plenárias, a não ser em situações excepcionais. A situação é excepcional, dado que o Senado Federal aprovou, na madrugada de ontem, a Medida Provisória nº 255/05, cujos efeitos estarão extintos na próxima segunda-feira.

Além disso, os Líderes, entre eles o Deputado Alberto Goldman, Líder do PSDB, que tem manifestado toda a resistência em discutir medida provisória sem apresentação prévia de relatório e sem o prazo mínimo de 24 horas para discutir, considerando também a situação excepcional dessa medida provisória, em função do prazo da extinção dos seus efeitos, solicitam esse tempo.

A Mesa considera esse tempo não só procedente como também o prazo mínimo para que os partidos possam reexaminar os artigos e as alterações da medida provisória aprovada ontem pelo Senado Federal. E, em caso excepcional, propõe a suspensão desta sessão, considerando esse *quorum* para a retomada dos trabalhos às 15 horas.

Todos os Parlamentares estão de acordo?



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação a V.Exa.

Reconheço a vasta experiência do Deputado Inocêncio Oliveira ao avaliar a condução dos trabalhos. Ouvi tanto a ponderação de S.Exa. quanto a do Deputado Alberto Goldman, e proponho, se não houver nenhum inconveniente, que estabeleçamos o reinício da sessão para as 14h, porque penso que haverá tempo suficiente; até mais, por exemplo, se conseguirmos um acordo para recomeçarmos às 13h, poderíamos demandar da Presidência, que tomaria a decisão do horário a convocar: 15h, 14h ou 13h30min. A Mesa tomaria a decisão, porque, se conseguirmos um acordo ou uma definição antes das 15h, teremos *quorum* maior para eventuais deliberações.

É só uma ponderação. Fica a critério de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Está mantido o horário. Às 15h ocorrerá o reinício da sessão, Deputado Arlindo Chinaglia.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito apenas um exemplar da medida provisória. A procura foi tamanha que não há mais exemplares disponíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Vamos providenciá-lo, Deputado Luiz Carlos Hauly.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Lincoln Portela.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da mesma forma, o Partido Liberal entende que o comportamento deve ser esse. Para a análise da Mesa, apresento sugestão feita pela Deputada Almerinda de Carvalho anteontem, com a qual o Partido Liberal havia concordado: estamos com *quorum* suficiente; hoje é quinta-feira, e só usamos a metade deste dia. Na sexta-feira já foi deliberado pela Mesa que não haverá ponto facultativo na Casa. Poderíamos pensar, então, na possibilidade de fazer esforço concentrado. Votaríamos hoje e amanhã, e as sessões de segunda-feira e terça-feira seriam destinadas apenas a debates. Ou, então, caso não se libere a segunda-feira e a terça-feira, ficaríamos aqui hoje e amanhã, porque há pedido de retirada de pauta da medida provisória.

Submeto à análise de V.Exa. a proposta do esforço concentrado hoje e amanhã. E, fazendo coro com o Deputado Arlindo Chinaglia, sugiro que se tente realizar a sessão às 14h.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Srs. Deputados, a Presidência reafirma que a sessão será suspensa e retomada às 15h; que amanhã haverá sessão de debates; que na segunda-feira e na terça-feira haverá sessão deliberativa, ou seja, com votações.

Esta decisão da Presidência, ouvida a Mesa Diretora, é o que de melhor podemos fazer em defesa da Casa e de V.Exas.



---

**O SR. NILTON BAIANO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NILTON BAIANO** (PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que esta medida provisória é muito importante para o País. Sendo assim, espera que possamos chegar a entendimento até as 14h ou 15h. Será muito importante.

O PP concorda com a suspensão da sessão.



**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, creio que a proposta do nobre Deputado Lincoln Portela, apresentada a partir da iniciativa da Deputada Almerinda de Carvalho, não pode ser aceita porque, para que haja esforço concentrado, antes é preciso fazer mobilização. E não foi o caso.

Sobre a sessão de amanhã, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. entrasse em contato com os Líderes, para que cada partido oferecesse uma cota de Deputados. O PL, meu partido, poderia oferecer 6 ou 8 Deputados; o PT, 15 Deputados; o PMDB, 10 Deputados; e assim por diante. Assim, amanhã haverá *quorum* e cumprimos o calendário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Quanto às duas sessões da próxima semana, de segunda-feira e de terça-feira, elas são importantíssimas. Não pode faltar *quorum* na próxima semana. Caso contrário, completaremos 13 dias sem votações, o que não pode ocorrer nesta instituição.

Apelo aos Srs. Líderes para que mobilizem as bancadas; à Presidência para que continue a fazer o seu esforço; aos demais integrantes da Mesa para que solicitem aos pares que compareçam às sessões de segunda-feira e de terça-feira. Havendo *quorum*, votaremos matérias importantes que trancam a pauta da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, concordo com a proposta de V.Exa. de reiniciar a sessão às 14h ou às 15h. Sugeri que iniciássemos a Ordem do Dia às 15h, para votar a Medida Provisória nº 255, prevendo que haveria negociação até as 14h; e que teríamos uma hora para o almoço. Qualquer esforço é válido para aprová-la.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Advirto os Srs. Deputados para o fato de que, quanto maior a demora na suspensão desta sessão, mais se reduzirá o tempo útil para a votação da MP nº 255.

Consulto os Srs. Deputados sobre se estão de acordo com a suspensão da sessão. *(Pausa.)*

Todos estão de acordo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Desde esta manhã, o Presidente Aldo Rebelo, a Mesa, o Colégio de Líderes e toda a Casa têm feito grande esforço para votar a Medida Provisória nº 255.

Podemos anunciar agora que praticamente há entendimento, estão concluindo a redação para que possamos votar a MP nº 255, que representa um grande avanço na área tributária do País, uma vez que desonera alguns setores fundamentais para a geração de renda e emprego, bem como para algumas empresas exportadoras, contribuindo para que a balança comercial brasileira possa sempre estar ascendente.

A Presidência vai suspender a sessão até que o acordo, viabilizado, venha a plenário. Provavelmente, às 16h reabriremos a sessão.

Está, portanto, suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

*Medida Provisória nº 255-C, de 2005*

*(Do Poder Executivo)]*

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2005, do Senado Federal (Medida Provisória nº 255-C, de 2005), que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação — REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras — RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.363, de 13 de*



---

*dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Pendente de parecer.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Sobre a mesa requerimento do Líder do PSDB, em que solicita a retirada da Medida Provisória nº 255 da pauta.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly,  
pela Liderança do PSDB. *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.



**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, retiramos o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Retirado o requerimento pelo Líder do PSDB.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto de lei de conversão, ao Sr. Deputado Dr. Benedito Dias, do PP do Amapá. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos a presença do Relator, passamos a palavra ao Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro creio que é nossa obrigação relatar que acertamos ao suspender a sessão, por decisão de V.Exa. e atendendo a apelo de vários Líderes. Ininterruptamente, reunimos Líderes de todos os partidos — da Minoria, do Governo — e procuramos, ponto a ponto, analisar a Medida Provisória nº 255, vinda do Senado, cujo prazo se expira na próxima segunda-feira.

Dadas as características do nosso Parlamento, primeiro, todos compreendemos que era exigido de cada um a visão da importância da Medida Provisória nº 255, acrescida dos temas tratados inicialmente na Medida Provisória nº 252.

Foi uma longa jornada de negociação. Creio que conseguimos produzir um acordo que, na próxima hora, vamos tomar conhecimento. Pessoalmente, avalio que nós conseguiremos aprovar a Medida Provisória nº 255, com os benefícios, particularmente para os investidores e exportadores do setor de informática, com a conseqüente geração de empregos, com o desenvolvimento tecnológico e científico do País. Se isso não bastasse, compõe este leque de boas medidas a inclusão digital. E, ao mesmo tempo, todos nós sabemos da relevância regional. Podemos citar aí, desde a regularização da posse da terra até 500 hectares na Região Norte do País, até medidas ou propostas que não são unânimes.





Mas, como parte do acordo, creio que alguns segmentos serão beneficiados. Dou um exemplo: a bovinocultura; outro exemplo, a Lei de Concessões, que tem, entre outros objetivos, de fortalecer a implementação das parcerias público-privadas. Há outros setores. Por exemplo, aquilo que, no dia em que a Medida Provisória nº 252 acabou sendo derrotada na Câmara, por falta de *quorum*, foi exatamente em cima de um estímulo para que o Estado do Paraná pudesse receber investimento, inclusive do exterior, pela atividade que desenvolve, genericamente, aquilo que diz respeito à cadeia produtiva que envolve o papel. É claro que, em se tratando de vasta matéria tributária, há a cadeia do leite, há várias outras cadeias produtivas que seguramente serão beneficiadas, ao final, por essa medida provisória, inicialmente a MP nº 255, a 252, e agora aproveitando a 255.

Quero registrar que um dos elementos centrais do debate desta tarde diz respeito ao estímulo para a chamada Amazônia, envolvendo os Estados amazônicos, notadamente o Amapá e o Pará. Talvez aí tenha residido a maior parte do debate e das preocupações. E como temos na Câmara e no Senado figuras ilustres que lutaram, lutam e vão continuar lutando para fazer o desenvolvimento regional, o que é que, então, nesta reunião com todos os Líderes prevaleceu por maioria, eu diria até por ampla maioria, ainda que respeitando o pleito que estava inscrito no projeto de resolução aprovado finalmente no Senado.

Seguramente, o Sr. Relator vai manter, sob esse aspecto, o texto do Senado. Mas por aquilo que foi deliberado na reunião, haverá destaques de votação, mas nós, coletivamente, estabelecemos uma base para que esse destaque pudesse ser analisado e aprovado, que é exatamente o compromisso de todas as bancadas indicarem um Parlamentar para que se componha uma comissão. Pode ser até uma



Comissão Especial, caso a Presidência da Câmara atenda a esse apelo geral, para, prioritariamente, permitir o desenvolvimento econômico e social de alguns Estados do norte do País.

Aproveito para fazer uma referência ao esforço do Governador Waldez Góes, do Amapá, que teve a oportunidade de defender seus pontos de vista, com os quais todos concordamos, mas que na elaboração, talvez até em decorrência do pouco tempo, tanto no Senado quanto na Câmara, resultou na circunstância de que o desenvolvimento regional não poderia colocar numa eventual situação de risco, como lá foi debatido, determinadas cadeias produtivas. O compromisso é de que haverá uma comissão, será produzida, por acordo, uma proposta e, se necessário, o Governo encaminhará um projeto de lei. Ou, quem sabe, podemos até aproveitar algum projeto de lei — como lá foi comentado — que porventura já tramite na Casa, para que ao final se cumpra com esse objetivo, que é o de todos os partidos lá presentes, sem exceção.

Assim, creio que foi extremamente acertada nossa decisão de pleitearmos, e a Mesa concedeu, a suspensão da sessão, que agora retomamos, num patamar de entendimento razoável e suficiente para aprovarmos o que foi produto do acordo.

*O Sr. Aldo Rebelo, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência tem o prazer de anunciar a presença, em nossas galerias, da Liga de Voluntárias da Fundação Amaral Carvalho, de Jaú, São Paulo, que desenvolvem belíssimo trabalho contra o câncer. *(Palmas nas galerias.)*

Esta Presidência saúda todos os senhores e deseja-lhes boa estada em Brasília.



**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida provisória contemplou, no Senado Federal, no art. 33, aquilo que estava previsto na Medida Provisória nº 252: a elevação do teto de faturamento da microempresa para 2 milhões e 400 mil e da microempresa de 120 para 240 mil reais.

Sr. Presidente, se for mantido o texto da medida provisória, ela não terá eficácia, porque o art. 135 remete para uma medida provisória regulamentar as faixas. Isso leva-nos a entender que o Governo envia uma medida provisória para a Comissão Especial, que está discutindo há 5 meses o projeto de lei geral da micro e pequena empresa e da pré-empresa, e lá concentra toda a discussão no projeto.

O nosso entendimento, de bom senso, é no sentido de que devemos fortalecer a Casa, naquilo que tem de mais importante.

Dezessete Parlamentares apresentaram projeto que trata da lei geral da micro e pequena empresa; o Governo, projeto que trata da pré-empresa. Queremos ver contempladas também as categorias da prestação de serviços, além da indústria e do comércio, que estão contemplados no SIMPLES Federal. A proposta que veio do Senado Federal precisa ser regulamentada.

Portanto, deixo claro à Nação e ao Congresso Nacional que não há eficácia nenhuma no SIMPLES que está estabelecido no texto. Vai haver no momento em que for regulamentado na Comissão Especial.

Espero que a Comissão Especial e a Casa sejam valorizadas e que o texto aqui elaborado possa atender a 99% das empresas brasileiras — as micro, pequenas e médias empresas que geram milhões de empregos no País.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - O Relator da Medida Provisória nº 255, o ilustre Deputado Dr. Benedito Dias, já se encontra no plenário. A Presidência pergunta a S.Exa. se já pode emitir parecer às emendas oferecidas pelo Senado Federal. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Heleno Silva. *(Pausa.)* Ausente.



**O SR. RENATO CASAGRANDE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar sobre a importância de estarmos chegando a um acordo sobre os procedimentos. Se ainda não há acordo com respeito ao mérito da matéria, há um acordo de procedimentos, para que votemos a matéria ainda hoje. Na segunda-feira, a Medida Provisória nº 255 perde a sua eficácia.

Sr. Presidente, trata-se de matéria importante, porque estamos recuperando o que perdemos na Medida Provisória nº 252. São benefícios, incentivos, redução de carga tributária, para diversos setores da economia brasileira. Esta matéria é, portanto, importante.

A Câmara já se desgastou na hora em que não conseguiu fechar acordo em torno da Medida Provisória nº 252, e nós daremos uma demonstração de maturidade ajudando na recuperação da credibilidade no momento em que, de fato, concluirmos a votação desta matéria.

Sabemos que alguns pontos, como é o caso da Zona Franca do Amapá e do Pará, são questões em que todos concordamos com a necessidade de instrumentalizarmos esses Estados para que tenham condições de se desenvolver. Mas queremos que seja editada uma medida provisória própria, ou um projeto de lei próprio, para que saibamos, efetivamente, qual será a repercussão da proposta incluída no Senado na Medida Provisória nº 255.

Creio que conseguimos chegar a um acordo de procedimento. O Relator, que é do Amapá, naturalmente dará sua contribuição, e nós, também, agora e depois, na proposta construída com os Líderes da base e da Oposição, avançaremos,



---

concedendo essa perspectiva de desenvolvimento para o Amapá e para o Pará, Estados que precisam necessariamente deste apoio.

O Partido Socialista vai apoiar efetivamente qualquer matéria nesse sentido.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência consulta o Relator, Dr. Benedito Dias, se já pode oferecer seu parecer ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 255. (*Pausa.*)

S.Exa. pede mais um minuto.





**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que, apesar de termos tido um dia de intenso diálogo e tensas negociações, como sempre ocorre em situações como esta, a Casa encontrou, de forma madura, condições de nos permitir votar esta medida provisória, que traz um conjunto de benefícios muito importantes para a economia brasileira.

Um dos principais benefícios, Sr. Presidente, talvez seja exatamente a diminuição do PIS/COFINS sobre máquinas e equipamentos para todo o setor produtivo, desde que exportem mais de 80% de suas vendas, o que vai favorecer o crescimento econômico e o fortalecimento da economia.

Quero chamar a atenção de V.Exa. para um dos temas sobre os quais me debrucei durante os debates. Esta medida provisória corrige a possibilidade de que utilizassem o chamado planejamento tributário — que defino como elisão fiscal legal —, uma vez que, ao final do ano de 2002, passou a ser permitido que empresas reavaliassem seus ativos sem pagar impostos sobre essas reavaliações. Para alguns, isso era necessário. Por isso foi feita essa medida. Mas ela permitiu o uso absolutamente inaceitável de que muitas empresas multiplicassem por 5, 10 vezes o valor de determinados ativos, seja em ações ou em outros ativos, e se utilizassem posteriormente dessas ações hiperavaliadas artificialmente. Muitas vezes ações que valiam, por exemplo, 1 bilhão passaram a valer 10 bilhões, um valor totalmente fictício. Essas ações não poderiam ser



vendidas no mercado, porque não encontrariam compradores, visto que seu valor é hiperavaliado.

Utilizavam-se dessas ações para integralizar o capital de uma segunda empresa, de um mesmo grupo. Com isso, gerava integralização de capital que, logo após, era contabilizada no seu valor real. Portanto, gerava prejuízo fictício para essa segunda empresa. De maneira fictícia e absolutamente imoral, do meu ponto de vista, passariam 1, 2, ou até 4, 5, 6 anos sem pagar Imposto de Renda.

Esta medida provisória acaba com essa possibilidade. Alguns chamam de planejamento tributário, e eu chamo de sonegação dentro da lei, se me permitem cunhar esta outra palavra. Sei que é uma contradição em si, mas é algo absolutamente ilegal e inaceitável.

Chamo a atenção também para o fato de havermos conseguido incluir nesta medida provisória um conjunto de medidas que beneficiarão o setor de ciência e tecnologia no País, especialmente, o setor de informática.

Por isso, a bancada do PT abriu mão de alguns pontos que, para nós, seria melhor ver alterados para garantir esse acordo que permite a votação da medida provisória na tarde de hoje.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - A Presidência faz um apelo. É do conhecimento de todos da Casa que o esforço para se votar esta medida provisória tem sido muito grande. Queremos fazer uma proposta de procedimentos.

Votaríamos o texto de acordo com o projeto de conversão e cada Líder apresentaria seus destaques. Discutiríamos e votaríamos sem verificação. Seria votação simbólica. Já existe um acordo entre as Lideranças do Governo para que venha depois, sob a forma de projeto de lei, aquilo que não for possível votar.

Então, poderíamos marcar posição, votar esta matéria fundamental para a vida do País, pois desonera a produção, sobretudo, das empresas que exportam; aumenta o limite da microempresa, de 120 mil reais para 240 mil reais e da pequena empresa de 1 milhão e 200 mil reais para 2 milhões e 400 mil reais; amplia o número de parcelas dos débitos dos Municípios brasileiros de 60 para 240 meses, o que é um avanço enorme.

Por isso, apelo no sentido de que façamos, pelo menos, um acordo de procedimento.



**O SR. BETO ALBUQUERQUE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seguindo seu brilhante e oportuno raciocínio, quero saudar esta Casa pelo entendimento que se está fazendo para não colocar em xeque o todo desta medida provisória, que é extremamente importante para o País.

Todos reclamam da carga tributária brasileira. Não é possível que, quando é chegada a hora de iniciar a redução dessa carga tributária, por razões locais, setoriais, percamos a possibilidade de fazer isso. A concretude da desoneração está nas nossas mãos hoje, se não em tudo que pretendemos, até porque bondade tributária tem limite, tem orçamento, mas em muitos segmentos estamos avançando de forma coerente.

O Governo do Presidente Lula propôs a redução de carga tributária em vários segmentos. As distensões, que são naturais neste momento, não podem deixar de lado o principal.

V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Inocência, salienta o capítulo das microempresas, de grande abrangência, de grande impacto nacional, dobrando-se os limites que asfixiavam as microempresas, as empresas de pequeno porte. Está na página 15 do parecer o benefício.

Se não for feita hoje esta votação, Sr. Presidente, distintos Deputados, não será mais, porque esta medida provisória perderá seus efeitos já na próxima segunda-feira.

A cadeia produtiva do leite está desonerada, Srs. Deputados, para o benefício de milhares de pequenos agricultores, produtores e consumidores. Isso está no



parecer, bem como a desoneração de setores de inclusão digital, de computadores, já referidos.

Portanto, penso que o esforço que estamos fazendo, a competência do nobre Deputado Dr. Benedito, que fará a leitura do seu parecer, e o compromisso do Governo de não soterrar e não se esquecer das coisas que não podem ser alcançadas hoje, fazendo-as no devido processo legal de projeto de lei, são as razões da nossa unificação.

Votemos os destaques, votemos o texto principal e encerremos esta novela, para que possamos sair à rua dizendo: *“Nós desoneramos a produção. Nós retiramos do caixa do Governo mais de 3,5 bilhões de reais para beneficiar a sociedade brasileira”*. Não vamos perder a oportunidade que nos é dada no dia de hoje de fazê-lo.

Cumprimento o Relator, bem como a Mesa Diretora e os Líderes, pelo esforço no sentido de que chegássemos a este ambiente que concorre para ter início, meio e fim.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, do Senado Federal, em substituição à Comissão Mista, ao Sr. Deputado Dr. Benedito Dias.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** (PP-AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, minhas Sras. Deputadas, meus Srs. Deputados, os senhores não imaginam a tensão em que fiquei ontem quando foi aprovada no Senado Federal a Medida Provisória nº 255. A discussão foi longa, profunda com os partidos e com as Lideranças dos partidos.

Eu, depois de muita negociação, vou ler o meu voto relativo à Medida Provisória nº 255.

Antes de adentrar no mérito do Substitutivo do Senado, cabe registrar que não incorre em vícios de inconstitucionalidade, conformando-se com o ordenamento jurídico vigente e com os parâmetros da boa técnica legislativa. Entendemos, ademais, que não apresenta incompatibilidade e inadequações financeiras e orçamentárias, pois está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Anual.

Quanto ao mérito, entendemos que, de modo geral, o Substitutivo do Senado Federal aprimora a legislação, devendo ser acatado pela Câmara dos Deputados.

As medidas ora propostas pelo Senado Federal aperfeiçoam sobremaneira a legislação tributária nacional, vindo ao encontro dos anseios do empresariado brasileiro, o qual se encontra sob o peso de uma carga tributária quase insuportável. Não temos dúvida de que tais medidas incentivarão o investimento e a criação de empregos no País.



Além disso, nobres pares, há disposições que nos deixam bastante felizes em relatar, quais sejam aquelas que trazem benefícios para o nosso amado e querido Estado do Amapá. A concessão de tais benefícios é primordial para o estabelecimento de um parque industrial ecologicamente adequado, de modo a aproveitar o imenso potencial de nossa biodiversidade. Temos certeza de que esta medida certamente contará com o apoio de nossos pares, por se constituir em um verdadeiro marco no desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Meu parecer, na forma do art. 190 do Regimento Interno, é pela aprovação dos arts. 1º a 137, 39 a 97 e de 99 a 140, do PLV nº 28, de 2005, do Senado Federal, e pela rejeição dos arts. 38 e 98.

Sr. Presidente, este é o meu parecer à Medida Provisória nº 255, que tive o privilégio de relatar na Câmara Federal.

Antes de encerrar, peço aos Srs. Parlamentares que acolham nosso parecer, que foi aprovado por 46 votos contra 6 no Senado.

Não será esta Casa a rejeitar projeto de grande magnitude e benefício à nossa região amazônica.

É o parecer, Sr. Presidente.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 291.3.52.O**  
**Data: 27/10/2005**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 271 A 271-F)





---

**O SR. NELSON PROENÇA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NELSON PROENÇA** (PPS-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a presença do Relator na tribuna para fazer um questionamento a S.Exa.

Gostaria de pedir ao Deputado Dr. Benedito Dias que repetisse com clareza, da mesma forma que fez anteriormente, quais exatamente os artigos que permanecem e os que saem do seu parecer.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** - Deputado, para ser bem sucinto, saem apenas o 38 e o 98; permanece o restante como na emenda que veio do Senado Federal.

**O SR. NELSON PROENÇA** - Era isso. Obrigado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 291.3.52.O**  
**Data: 27/10/2005**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Há oradores inscritos.



**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, faço um apelo aos colegas para que abram mão das inscrições.

V.Exa. pode fazer um apelo em nome de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Faço minhas as palavras do Líder do PT, para que abram mão da inscrição, porque todos sabem da importância da matéria.



---

**O SR. JULIO SEMEGHINI** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JULIO SEMEGHINI** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, há um entendimento que gostaríamos de dizer. Em todos os textos que tramitaram nesta Casa, inclusive o que estava no Senado, apenas no art. 138, nas disposições finais, vários itens foram prorrogados desde 14 de outubro de 2005 e um dos textos importantes da MP é a inclusão digital que trata dos microcomputadores, de preços incentivados.

Quando se fala, nos arts. 39 a 41, ficou de fora o art. 28. É necessário seja prorrogado também desde 14 de outubro de 2005 o art. 28. Então gostaria que V.Exa. esclarecesse se está incluso ou não, senão haverá forte problema para o setor da inclusão digital.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência faz um apelo aos Deputados para que abram mão de suas inscrições.



---

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de ofício da PETROBRAS em que autoriza a instalação de gasoduto no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. O ofício foi enviado pelo Gerente da Implementação de Empreendimentos para o Sudeste, José Bernardino.

Caraguatatuba, neste momento, sente-se lisonjeada por ter uma unidade de tratamento de gás natural, depois de uma grande disputa entre São Paulo e Rio de Janeiro.

O documento trata da declaração de uso e ocupação do solo referente à Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba.

Não poderíamos deixar de expressar nossos sinceros cumprimentos ao Prefeito José Pereira de Aguiar, aos Vereadores Germinio, Aurimar Mansano e Gobetti e ao Secretário de Meio Ambiente de Caraguatatuba, Auracy Mansano Filho

Muito obrigado.

OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR



---

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 278)



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência consulta a Liderança do PSDB sobre se mantém o requerimento de adiamento da discussão por 2 sessões.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, retiramos o pedido de adiamento.

Esclareço ao Plenário que o pedido foi retirado porque existe acordo geral na Casa para aprovação da matéria.

O pedido de adiamento era exatamente para provocar a possibilidade do acordo. O acordo foi realizado hoje. Portanto, não há necessidade de adiamento.





**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman, que falará contra a matéria.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas dizer, muito rapidamente, que houve empenho de todas as Lideranças e compreensão da Casa no sentido de que o centro da Medida Provisória nº 255 passasse hoje a ser o da de nº 252, ou seja, desoneração de uma série de investimentos, desoneração da produção. Sabemos, contudo, que há muito ainda a ser feito.

O acordo possível leva em conta o entendimento de que precisamos ter instrumentos para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, mais afastadas do País, que é o caso das áreas ligadas à região amazônica. De fato precisam ter, devido a sua vocação, compreensão e legislação específica. Estamos dispostos a elaborá-la.

Acabamos de assinar documento no sentido de realizar esse trabalho. O que não se pode é fazer o atendimento de uma região desorganizando a produção em outras áreas do País, promovendo desequilíbrio regional.

Fomos bastante rígidos nessa posição, que foi compreendida pelas demais bancadas. Sentimo-nos felizes em chegar a um acordo.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o nobre Deputado Tarcísio Zimmermann. (*Pausa.*) S.Exa. desiste de fazer uso da palavra.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*) S.Exa. desiste de fazer uso da palavra.

Concedo a palavra, para discussão da matéria, ao Sr. Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve grandiosa ação do Governador do meu Estado, Simão Robson de Oliveira Jatene, e da bancada de meu Estado no que diz respeito a esta matéria. Todos estávamos conscientes de que seria aprovada da forma como chegou a esta Casa, oriunda do Senado Federal.

No primeiro momento, a intenção era contemplar somente o Estado do Amapá, mas, em virtude das mobilizações de colegas que pertencem às bancadas de outros Estados amazônicos, alguns outros foram contemplados. Grandes prejuízos nos seriam causados se somente o querido Estado do Amapá fosse favorecido com a criação da dita "Superzona Franca".

Há uma discussão entre os Líderes para que, mediante destaque, seja retirada.

Acreditamos nas posições dos Líderes. Os Deputados Asdrubal Bentes, Josué Bengtson, José Priante, eu, todos que formamos a bancada do Estado do Pará estamos aqui como verdadeiros guardiões do Estado, acreditando fundamentalmente na palavra de todos os Líderes, que têm a consciência de que os Estados do Pará e do Amazonas vivem situação de dificuldade e de que precisamos imediatamente reparar esse erro.

Muito obrigado.



---

*O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a  
cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aldo  
Rebello, Presidente.*



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Severiano Alves, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

**O SR. SEVERIANO ALVES** (PDT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi feito um acordo não por todos, mas pela grande maioria dos partidos. Não queríamos ser contra esse acordo, mas nessa medida provisória que trata da prorrogação do Imposto de Renda foi embutido também o texto da Medida Provisória nº 252.

Quando nos opusemos a essa medida provisória, dizendo que ela não era do bem, e sustentamos que ela retirava dos Municípios cerca de 500 milhões de reais, o Relator nos apresentou uma conta segundo a qual os Municípios e Estados perderiam cerca de 60 milhões. O Tesouro Nacional nos informou — tenho em minhas mãos o ofício — que essa medida provisória retira dos Estados e Municípios, pelo FPM, 83 milhões; pelo FPE, 79 milhões e, pelos Fundos Constitucionais, 11 milhões. Então, são quase 200 milhões de reais que os Estados e Municípios estão perdendo.

Sr. Presidente, apresentamos uma emenda — inclusive a retiramos, por força de um acordo — segundo a qual a União deveria apontar fontes compensatórias para os Estados e Municípios. Isso não ocorreu.

Há elementos embutidos na medida provisória que até consideramos adequados. O PDT é simpático à medida provisória em relação à Emenda nº 129 do Senado Federal que isenta de IPI alguns produtos da região do Amapá.

Mesmo com esse acordo, reservamo-nos o direito, nesta votação, de pedir verificação ou adiamento de votação. Não nos vamos afastar do direito de pedir



---

verificação de *quorum*. O Governador já apresentou proposta que não provoca incompatibilidade, que poderia alterar o texto sem prejudicar a emenda original.

Então, queremos que o Líder do Governo e os partidos da base entendam que essa emenda é importante e que queremos também votar, mas reservamo-nos o direito de pedir verificação de *quorum*, juntamente com outros partidos, se realmente não for acatada pelo menos parte dessa emenda do Amapá, cujo Governador está presente e é do meu partido, o PDT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. JOSUÉ BENGTON** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero fazer um registro em nome do PTB. Hoje é uma data histórica para esta Casa. Depois de todo esse trabalho do Senado e dos Líderes que se empenharam durante todo o dia, chegamos aqui para trazer ao povo brasileiro e aos Municípios do Brasil uma lei que os beneficia. Por exemplo, os Prefeitos dos Municípios do interior, os menores, poderão parcelar suas dívidas junto ao INSS em até 240 meses. Há melhora também com a desoneração das exportações.

Sr. Presidente, estamos hoje para votar medida que deveria ter sido decidida há alguns dias, mas não houve *quorum*. Foi então incorporada a essa, que beneficia o povo brasileiro. Creio que ainda existem algumas espinhas de peixe a serem retiradas até o final da reunião, mas o bojo dessa medida provisória não pode deixar de ser votado hoje. Senão o Brasil leva prejuízo, haverá tremenda perda para o nosso País.

O PTB vota de acordo com o que foi acordado no Colégio de Líderes.

Muito obrigado.



**O SR. ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para manifestar a posição do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação desta matéria em primeiro turno nesta Casa, houve um acordo sobre essa questão. Decidimos que não haveria a isenção, uma vez que o Estado do Pará era o único da Amazônia que não seria beneficiado. Lutamos para que isso não acontecesse.

No Senado, foram incluídos, no art. 137, alguns Municípios do Pará, embora essa inclusão tenha sido feita de forma aleatória, sem critérios técnicos que atingissem as várias microrregiões do Estado, de forma a que pudesse haver um desenvolvimento isonômico e não gozassem de isenções apenas alguns Municípios e regiões. O fato é que a proposta foi aprovada e veio a esta Casa.

Ao que tudo indica, há um acordo das Lideranças para que toda essa parte de isenção seja retirada do texto, a fim de que, numa outra medida provisória, possamos discuti-la e aprová-la, com muita alegria.

Faço um apelo ao companheiro que há pouco disse que vai pedir verificação de *quorum*. Não podemos, por causa de um interesse localizado, atrapalhar o País. Não podemos, em hipótese alguma, deixar de aprovar hoje esta medida provisória. Na segunda-feira, não será mais possível realizar tal votação. Estou abrindo mão de uma emenda que eu havia apresentado, embora sendo anti-regimental. Quero que fique registrada nos Anais da Casa a minha posição em favor da isenção dos Estados da Amazônia, com a correção de um erro capital, crasso.



---

Se todas as Capitais dos Estados beneficiados puderam contar com essa isenção, Belém do Pará não poderia ficar de fora. Por sua posição geográfica, mais próxima do mercado europeu e norte-americano, e por tudo que representa, Belém precisa ter o mesmo tratamento que têm Macapá, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco e Manaus. Quanto a Manaus, seu crescimento salta aos olhos, pelo seu desenvolvimento industrial dos últimos 10 anos.

Não podemos fazer com que em uma região haja os irmãos ricos e na outra, os irmãos pobres. Portanto, se for cumprido o acordo de retirada total, reafirmo o compromisso das Lideranças de, em outra medida provisória, fazer essa inclusão.

Muito obrigado.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Dr. Benedito Dias.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** (PP-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento ao Deputado Julio Semeghini a respeito da Medida Provisória nº 255. A regra de urgência do art. 28 não pode ser mudada por emenda, tenho de manter o artigo que veio do Senado Federal.

Portanto, mantive o art. 28 relativo à Medida Provisória nº 255.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Jutahy Junior. *(Pausa.)* Ausente.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)* Ausente.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Zenaldo Coutinho. *(Pausa.)* Ausente.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)* S.Exa. já falou.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Coronel Alves.

**O SR. CORONEL ALVES** (PL-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta matéria causou aflição desde a primeira vez que veio à Casa. Lembro-me de que o Líder Jutahy Junior, por quem tenho grande apreço e respeito, entendeu naquele momento que deveríamos estudar melhor o assunto. Já se passou mais de 1 ano. O estudo não apareceu e nada foi discutido. E agora, numa tarefa hercúlea, o Senador José Sarney, na outra Casa, desenvolveu um projeto e construiu o que agora discutimos aqui.

Cabe-nos agora dar uma demonstração clara de que o Amapá também é Brasil e precisa dos mesmos benefícios já concedidos a várias regiões deste País. Meu Estado precisa sair da inércia e parar de funcionar apenas com o recurso dos contracheques de servidores públicos federais, estaduais e municipais. Vamos acatar o relatório apresentado pelo Deputado Dr. Benedito Dias, que significará melhores oportunidades àquele povo que está defendendo uma das fronteiras mais visadas do mundo, a da nossa Amazônia. Vamos dar àquela gente a oportunidade de sonhar, de trabalhar, de melhorar sua qualidade de vida.



Faço um apelo aos meus pares, principalmente aos amigos que tenho cultivado ao longo dos anos, homens e mulheres dedicados à questão nacional: a Amazônia também é Brasil, também precisa de incentivos, e em especial o Estado do Amapá. Não queremos competir com Estados que já têm economia sedimentada, como São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo. O que queremos é ter a oportunidade de explorar as nossas matérias-primas.

Tenho aqui, para oferecer àqueles que ainda estão com o coração duro e um sabor amargo na boca, alguns bombons de matéria-prima regional nossa, bombons de cupuaçu e bombons de castanha-do-brasil. Não queremos entrar no segmento da tecnologia, dos computadores. Não queremos produzir *chips*. Queremos apenas ter a oportunidade de desenvolver, como está escrito no relatório, as nossas matérias-primas regionais.

Sras. e Srs. Deputados, levem em consideração que, há mais de 40 anos, o povo do Amapá espera uma oportunidade como esta. Não se trata de disputa entre o Norte, o Sul, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Nordeste. Só queremos proporcionar à nossa gente aquilo que o Governo Lula vem pregando desde o início do seu mandato: a esperança de melhoria da qualidade de vida.

Finalizo dirigindo-me a todos os senhores e senhoras que ainda não compreenderam bem este projeto e querem estudá-lo mais: dêem-nos uma chance de construir o Brasil como um todo, e não apenas o Brasil do centro-sul e do leste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência reafirma o que tem anunciado durante toda a semana: amanhã haverá sessão apenas de debates, e na segunda e na terça-feira, sessões deliberativas. Por isso pede aos Líderes que convoquem suas bancadas a estar aqui presentes na segunda e na terça-feira próximas.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para dar celeridade aos trabalhos, abro mão da minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à apreciação do requerimento do Líder do PSDB, pelo adiamento da votação.



**O SR. RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o requerimento já foi retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Retirado o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Passa-se à votação da matéria.

Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Líder Alberto Goldman.

(*Pausa.*) O Deputado abre mão da inscrição.

Concedo a palavra ao Líder Jutahy Junior. (*Pausa.*) Também abre mão.

Concedo a palavra ao Líder Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*) Também abre mão.

Concedo a palavra ao Líder Zenaldo Coutinho. (*Pausa.*) Também abre mão.

Para encaminhar a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcísio Zimmermann. (*Pausa.*) O Deputado abre mão da inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro, para encaminhamento da votação.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero salientar a oportunidade deste momento. Não há no plenário nenhum sentimento nem de enfrentamento nem de derrota de nenhum setor. Há sim uma busca de entendimento, para que se consagre uma vitória importante, que significará a recuperação das coisas boas contidas na Medida Provisória nº 252, de 2005, importantes para a indústria, para o desenvolvimento do País. E firmou-se também o compromisso de discutir, com o mesmo aprofundamento da Lei de Informática e das normas que vigoram para a Zona Franca, o tratamento que daremos às regiões do Brasil que carecem de políticas de incentivo para a promoção do seu desenvolvimento.

Considero o acordo bastante positivo. Caminhamos para recuperar, de uma vez por todas, insisto, a Medida Provisória nº 252, que terminou causando um certo transtorno.

Parabéns ao Congresso Nacional!





---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)* S.Exa. desiste da inscrição.

Com a palavra o Deputado Coronel Alves. *(Pausa.)* S.Exa. se manifestou anteriormente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação os arts. 1º a 37, 39 a 97 e 99 a 140 do projeto de lei de conversão, todos com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADOS.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação os arts. 38 e 98 do projeto de lei de conversão, com parecer do Relator pela rejeição, ressalvados os destaques.



---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento. Primeiro, votamos o projeto de lei. Agora, estamos votando o quê? O relatório não contemplou os arts. 38 e 98. Eles foram retirados pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Deputado, votamos grupos de artigos. Na primeira votação, aprovamos os arts. 1º a 37, 39 a 97 e 99 a 140 do projeto de lei de conversão. Agora, estamos votando os arts. 38 e 98, que têm parecer do Relator pela rejeição.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Então, quem apóia o Relator permanece como está. É a isso que me refiro. O acordo é para rejeitar esses 2 artigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Neste caso, os Srs. Deputados que quiserem rejeitar os artigos levantam o braço.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Certo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADOS OS ARTIGOS.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Passa-se à apreciação dos destaques.

Requerimento de destaque do Deputado Ricardo Izar, para votação em separado do art. 122 do Projeto de Lei de Conversão à MP nº 255.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência esclarece que os que quiserem votar com o Deputado Ricardo Izar devem levantar o braço. Já os que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Aqueles que forem pela manutenção do art. 122 permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O ARTIGO ESTÁ MANTIDO.

Fica prejudicado, por tratar do mesmo artigo, o destaque do Deputado Sandro Mabel, Líder do PL.



---

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vimos sobre a mesa destaques aos arts. 122, 129 e 137.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Isso. Vamos votar agora o 129.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Está certo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação destaque apresentado pelo Deputado Fernando Coruja, pela bancada do PPS, para votação em separado do art. 129, pela supressão do artigo e, em consequência, dos arts. 130 e 131.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Coronel Alves.

**O SR. CORONEL ALVES** (PL-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de fazer apelo a todos os Parlamentares para que nos ajudem a desenvolver cada vez mais a Região Norte, especificamente agora, com o atendimento a todos esses territórios e cidades através do art. 129, para o qual, infelizmente, o Deputado Fernando Coruja pede destaque pela supressão.

É importantíssima para nós, daquela região, a oportunidade de trabalhar nossas matérias-primas, a madeira, as essências da floresta, os produtos de farmácia, que poderemos desenvolver e, quem sabe, até trazer soluções para doenças que ocorrem no Brasil e no mundo.

Por isso, faço apelo ao PL para que vote contra o destaque apresentado pelo Deputado Fernando Coruja.

Tenho certeza de que se o Deputado tivesse oportunidade de verificar o mal que está causando a toda aquela região, retiraria de próprio ofício o destaque pela supressão do art. 129 e acompanharia o excelente relatório elaborado pelo Deputado Dr. Benedito Dias.

Portanto, o PL quer manter o art. 129 e todos os outros artigos que estão sendo retirados.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque, na verdade, é fruto de amplo acordo feito na Casa. O PPS participou do acordo e subscreveu o destaque por entender que é preciso dar atenção à Região Norte, mas não da forma como está na medida provisória. A isenção do IPI simplesmente para produtos cuja base for matéria-prima da região vai atingir toda a agroindústria e toda a produção madeireira. Poderá atingir também medicamento, perfumes e uma série de outros itens. É preciso disciplinar essa isenção, sob pena de beneficiar uma região em detrimento de outra. Precisamos agir dentro do pacto federativo, que é preciso rever.

Entendemos as ponderações do Deputado Coronel Alves e de representantes de toda a Região Norte. Evidentemente, precisamos dar atenção especial à região. Vamos construir esse projeto em comum acordo. Da maneira como está, ele não tem condições de prosperar.

Sr. Presidente, acho que o PPS representa grande parcela dos Parlamentares desta Casa ao subscrever esse destaque.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Alberto.

**O SR. JORGE ALBERTO** (PMDB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB tem posição clara sobre esse destaque. Reforçamos o acordo para que se crie texto comum a todos os partidos, não só da base, mas também da Oposição.

Estávamos em posição difícil. Se alterássemos o texto, prejudicaríamos a medida provisória como um todo. Mas houve o compromisso de que ele seria reconstruído e voltaria a esta Casa em forma de projeto de lei ou medida provisória.

Portanto, o PMDB não vai subscrever esse destaque.

Está aqui o Deputado Gastão Vieira, que vai marcar sua posição como Parlamentar e como um dos Vice-Líderes do PMDB.



---

**O SR. GASTÃO VIEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, percebo contentamento na Casa por atingir o consenso em torno de uma matéria. Lamento que o consenso seja guiado pelo preconceito que sempre se teve com as regiões menos desenvolvidas deste País.

O texto que veio do Senado não acarreta absolutamente nada para o presente. O processo de desenvolvimento tem uma dinâmica. Estamos olhando para o futuro. Estamos dizendo àquela região que tem direito ao desenvolvimento.

É muito boa essa MP para quem produz ou desenvolve tecnologia nos grandes centros deste País. Por que não nos dar sequer a esperança de ter modelo de desenvolvimento a médio prazo?

Esta Casa rejeita o texto do Senado, mas aprovou o projeto do porto seco, permitindo áreas de livre comércio em regiões localizadas longe de portos. Nenhum deles instalou-se porque a dinâmica da economia exige investidores interessados em conduzir esse processo.

Sempre possibilitamos, politicamente, o desenvolvimento de diversos Estados. A Bahia deve o pólo petroquímico ao Presidente Geisel. Não fosse a decisão do ex-Presidente, não se encontraria no atual estágio.

Vejo puramente o preconceito de fazer com que o Norte seja simples exportador de matérias-primas do Pará e do Amapá pelo Porto de Itaqui, no Maranhão, sem nenhum benefício para sua população.



Lamento, Sr. Presidente, a incompreensão de que essa medida não traz nenhum prejuízo ao País. O Brasil não está perdendo nada. Apenas estamos dizendo àquelas pessoas que têm direito a se desenvolver.

Sr. Presidente, tenho de fazer esse desabafo. Desde a década de 70, como técnico formado na CEPAL e funcionário da SUDENE, espero que o País um dia perceba a importância do desenvolvimento regional.





---

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaríamos de confirmar o acordo que fizemos.

Nossa participação foi efetiva no sentido de elaborar projeto de lei que possa ser discutido com amadurecimento e cuidado, e não da forma como está sendo feito. Do Senado Federal vêm modificações para que as aprovemos em algumas horas.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Benedito Dias.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** (PP-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar uma palavra vinda do coração.

O Estado em que moro, o Amapá, é rico. V.Exas. não imaginam o potencial de riqueza nos setores pesqueiro e mineral. Neste último, é o mais rico da Federação. Sustentamos muitos brasileiros com a exportação de manganês durante 50 anos. No entanto, está lá o buraco.

É impressionante o que vejo aqui hoje. Posso falar, como há pouco o Deputado Gastão Vieira, da discriminação contra a Região Norte. São Paulo e Rio de Janeiro podem ter tudo. As Regiões Sudeste e Sul, também. Hoje, o maior índice de câncer no Brasil está onde? Na Região Norte. Por quê? Por falta de desenvolvimento.

Sr. Presidente, esta Casa tem a grande chance de dar oportunidade a um Estado estrategicamente localizado na Região Norte, na fronteira com as Guianas. No entanto, não temos capacidade para lhes exportar um quilo de carne porque não possuímos estrutura.

Que fábrica de automóveis irá para o Amapá?

Sr. Presidente, faço desde já este desabafo porque sei que o projeto de conversão será rejeitado. Não posso deixar de me revoltar contra isso, pois ele iria beneficiar milhares de habitantes daquela região subdesenvolvida. Não querem o corte da madeira no Amapá, mas não dão condições a seus habitantes de sobreviver — aí está o Governador do Estado implorando para que votemos favoravelmente à medida provisória.



Sras. e Srs. Deputados, caso se confirme a rejeição do projeto — aprovado no Senado por 46 votos —, deixo a esta Casa apelo no sentido de que se comprometa com o povo do Amapá, que também é brasileiro.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sandro Mabel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PL.

**O SR. SANDRO MABEL** (PL-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu dizia aos representantes do Amapá que sabemos da importância da votação e aprovação da MP nº 255 para a sobrevivência dos habitantes do Estado.

O projeto é justo, Sr. Presidente. Afinal, nada mais se pede que condições para que os recursos naturais sejam industrializados no próprio Amapá, onde não há estradas. Os produtos chegam lá por barcas. Para se ter uma idéia, a madeira sai de lá, vai para o Sul e o Sudeste, onde o móvel é fabricado e, depois, enviado por navio à região. Esse processo custa caro para o Estado. A madeira é transportada com dificuldade, porque não se instala ali uma indústria de móveis. A população não tem como trabalhar o couro, que se desgasta pela falta de curtumes. Por isso, compram-se até sapatos em outras áreas, por impossibilidade de fabricá-los.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PL, registro a importância para o Estado do Amapá e para a Região Amazônica de aprovarmos esse artigo.

Sabidamente, Parlamentares de São Paulo, como o Deputado Julio Semeghini, apresentaram alguns pontos fundamentais. Não podemos permitir que a medida sirva para deslocar para o Norte as indústrias localizadas em São Paulo, no Sul e Sudeste, numa jogada que pode provocar guerra fiscal.

Para tentar resolver o problema, o Governador do Amapá, o Senador José Sarney, os Deputados Badu Picanço e Coronel Alves, o Governador do Pará, Simão Jatene, e as bancadas, de maneira geral, concordaram em fazer acordo, ao qual o PL é solidário. O Deputado Dr. Benedito Dias costuraria os entendimentos, e seria firmado compromisso com a Liderança do Governo e com os demais partidos, como



PMDB, PFL e PSDB, para que possamos definir os produtos que não podem ser fabricados na região, vamos dizer assim, e como regulamentar isso. Dessa forma, daremos condições ao Amapá, ao norte do Pará e à região amazônica de se desenvolverem ainda mais.

O compromisso do Congresso Nacional com a bancada, Sr. Governador — V.Exa. está desde ontem na Casa — é votar hoje a Medida Provisória nº 255 para que não perca a validade e aprovar, conforme combinado, o mais rápido possível, quem sabe, em medida provisória próxima, esse artigo tão importante para os Estados do Amapá, Amazonas e Pará.

Sras. e Srs. Deputados, solicito a V.Exas. que não peçam verificação de voto. Fica nosso compromisso, Coronel Alves.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência prorroga a sessão por uma hora.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Renildo Calheiros, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a votação desta medida provisória é de grande relevância para o País. Vários setores da economia estão recebendo incentivo, estímulo, apoio, enfim, enorme ganho com esta votação. Estamos resgatando importante benefício para várias áreas que constavam da Medida Provisória nº 252.

Como Líder do PCdoB, manifesto-me solidário e favorável à permanência desse artigo no texto da MP, uma vez que beneficia o Amapá e 3 cidades do Pará e contribui para a diminuição do desequilíbrio regional. Sabemos que o Brasil é um País de grandes desigualdades, de grandes contrastes entre regiões ricas, com parques produtivos muito desenvolvidos, e de outras que se arrastam ano após ano, tentando encontrar esse caminho.

Ouvi as palavras do Líder João Pizzolatti na negociação do Colégio de Líderes. S.Exa. mostrava que o Amazonas, entre os Estados da Região Norte, é o que apresenta menor índice de desmatamento. Por quê? Porque encontrou sua vocação econômica, com a Zona Franca de Manaus. Se não conseguirmos estabelecer roteiro de desenvolvimento econômico claro, consistente e objetivo não só para o Amapá, mas para outros Estados da Região Norte, não adianta saírem relatórios na Europa que condenem o desmatamento. Ele vai prosseguir, uma vez que, antes de tudo, a população vai lutar pela sobrevivência.

É responsabilidade de quem defende o meio ambiente, a preservação das matas, a atividade econômica sustentável, ajudar na aprovação desse projeto.



É mesquinhez das regiões mais desenvolvidas e dos Estados mais ricos não se juntarem ao esforço do Senado da República para manter este artigo na medida provisória.

O PCdoB vai votar ao lado dos Estados do Pará e do Amapá. (*Palmas.*)

Se a medida for rejeitada por este Plenário, somaremos esforços para resgatar o conteúdo desse artigo mais adiante.

Neste momento, vamos votar com o Amapá e o Pará por considerarmos seus pleitos justos e legítimos.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PMR? *(Pausa.)*

Como vota o PRONA? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

**O SR. VITTORIO MEDIOLI** (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PV vota "sim". Acompanha o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PCdoB?

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota para manter o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PPS?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, é preciso lembrar que isso é fruto de acordo. E, na oportunidade, a bancada do Amapá estava presente e concordou. Ou seja, poderá ser feito projeto de lei ou poderá ser incluído em outra medida provisória novo texto.

O dispositivo, da maneira como está, não serve neste instante. No entanto, o PPS também vai participar do acordo. Agora, encaminhamos o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O PPS vota "sim".

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente, o PPS vota "não", porque é DVS.

**O SR. COSTA FERREIRA** (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota "não".



**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto “não” é contra o artigo; é para a sua retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O requerimento é de supressão do artigo. Se V.Exa. concorda com o requerimento, vote “sim”.

**O SR. FERNANDO CORUJA** - É DVS, Sr. Presidente.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, é destaque para votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - V.Exa. quer suprimir o artigo?

**O SR. FERNANDO CORUJA** - Sim. É DVS.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, ele foi destacado. Para introduzi-lo, o voto é “sim”; para mantê-lo fora, o voto é “não”. Quem é contrário ao artigo, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - V.Exa. tem razão, Deputado Alberto Goldman.



**O SR. FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O PPS vota “não”. O PCdoB vota “sim”.

Como vota o PDT?

**O SR. SEVERIANO ALVES** (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PDT vota “sim” ao texto.

Há confusão muito grande em relação a esta emenda. Não se está criando zona franca no Amapá nem nos Estados vizinhos. O que se quer é definir que alguns produtos naturais não serão taxados, até porque o Amapá hoje é exemplo de preservação do meio ambiente; é o Estado com a maior reserva natural do País. O que o Governador e as autoridades locais querem é estabelecer o desenvolvimento sustentável da economia. Para isso, é preciso que alguns produtos não sejam taxados. Isso vai evitar o aumento da pobreza no Estado.

Faço um apelo aos Srs. Deputados da Região Norte nesse sentido. Não digo isso porque o Governador é do meu partido, o PDT, mas por sensibilidade. Deputado Gastão Vieira, não há preconceito contra a Bahia e os Estados do Nordeste. Somos todos pobres. Da nossa parte não há preconceito. Precisamos resgatar esta emenda que veio do Senado para dar dignidade aos Estados do Norte, perseguidos pelo IBAMA e por outros órgãos por não destruírem suas matas. E o Amapá é exemplo disso. Temos de incentivar esse exemplo.

Sr. Presidente, o PDT vota “sim”, pela manutenção do texto, em apoio ao parecer do Relator.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PSB?

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que esta matéria é muito importante. Não podemos correr nenhum risco em relação à aprovação desta medida provisória. Fizemos um acordo e queremos recuperá-lo.

Não há ninguém contrário ao processo de desenvolvimento regional dos Estados do Amapá e do Pará. Foi feito acordo em decorrência das nossas dúvidas em relação ao texto que veio do Senado Federal. Queremos compreendê-lo melhor e firmar compromisso com todos os Líderes partidários, da Oposição e da base aliada, com o Líder do Governo e com o Governo, de que projeto de lei sobre essa matéria será enviado ao Congresso Nacional.

O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PL?

**O SR. SANDRO MABEL** (PL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL já se posicionou: vai votar “não”, porque a matéria é importante e não por causa do mérito. Foi o que já dissemos ao nosso Relator, Deputado Dr. Benedito Dias, e aos representantes do Estado do Amapá, que está parado também.

Vamos votar “não” para manter o acordo, levar esta medida à frente e confirmar o nosso compromisso total com a nossa bancada, com a bancada do Amapá e do Pará, incluindo este importantíssimo dispositivo, que beneficia a região.

Votamos “não”, para manter o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PTB?

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB respeita o acordo e vota “não”.



Mas quero manifestar a minha opinião pessoal. Sou Deputado paraense e tenho de respeitar a luta dos irmãos do Amapá e dos 3 Municípios do Pará incluídos na proposta pelo Senado Federal: Barcarena, Santarém e Almerim. A orientação do partido é o voto “não”, mas, repito, quero manifestar a minha opinião pessoal pela manutenção da zona de livre comércio do Amapá e dos citados Municípios paraenses.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PSDB?

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “não”, nos termos do acordo, e mais uma vez repete seu compromisso de elaborar projeto de lei para enfrentar o desenvolvimento regional com toda a intensidade, com a participação, inclusive, dos nossos companheiros do Pará.

Eu voto “não”, na condição de brasileiro e não de paulista.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PP?

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota conforme o acordo: “não”. E cumprimenta o ilustre Deputado Dr. Benedito Dias pelo parecer, comprometendo-se a participar da elaboração de legislação específica para atender às reivindicações dos Estados do Norte.

O PP vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PFL?

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PFL tentou o acordo, pela manhã, para aprovar o mesmo texto do



Senado Federal. Enfrentamos problemas em todos os partidos, inclusive no próprio PFL.

Por esse motivo, entendemos que a aprovação da medida provisória é fundamental para o País. Fizemos o acordo, de público, com todos os Líderes, para constituir grupo de trabalho que analisasse, com toda a urgência necessária, a possibilidade de estender os benefícios para a Região Norte.

O PFL, com base no acordo, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PMDB?

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB, conforme compromisso assumido com diversos Líderes de criar grupo de trabalho que garanta o atendimento das reivindicações dos setores atingidos pela retirada da MP nº 129, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PT?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende como muito bom o esforço produzido no dia de hoje a partir da identificação desta realidade regional.

Este Parlamento produziu acordo e elaborou legislação para resolver as dificuldades e atender às necessidades, principalmente, da Região Norte do País. Cito a Lei de Incentivo à Informática. Esses elementos servem para nos nortear e tentar o acordo, não só para criar este ou aquele espaço, esta ou aquela zona franca, com uma simples emenda, mas também para elaborar projeto e políticas de incentivo e de desenvolvimento para atender à demanda da região e propiciar o desenvolvimento nacional.



Com base no acordo, desde já anunciamos a nossa participação no grupo que vai discutir alternativa de projeto para a região. O PT cumpre o acordo e vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o PSC?

**O SR. COSTA FERREIRA** (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo acordo, pelo pacto federativo e pela integração nacional, o PSC vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota o Governo? (*Pausa.*)

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero destacar o trabalho excepcional dos 2 Relatores: do Deputado Dr. Benedito Dias, que relatou a MP nº 255; e do Deputado Custódio Mattos, que relatou a MP nº 252, que, de alguma maneira, compõe hoje a MP nº 255.

Segundo registro: V.Exa., ao reassumir a presidência dos trabalhos, fez menção a requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, que já havia sido superado porque os autores o retiraram em função de acordo produzido. Faço menção a isso para deixar claro a todos que, se não tivéssemos trabalhado pelo acordo, seguramente teria havido obstrução, legitimamente, e teria caído a sessão. Significa dizer que o trabalho produzido em torno da original MP nº 255 — em que foi incluído tudo aquilo que dizia respeito à MP nº 252 — e da modificada, evidentemente, estaria perdido.

Em virtude das circunstâncias e do reconhecimento do trabalho dos Deputados do Amapá, do Pará e da região amazônica, bem como dos Senadores, que, de maneira obstinada, também contribuíram para produzir o acordo, inclusive



colhendo assinatura dos Líderes para que os Estados envolvidos na questão fossem contemplados, aproveito a oportunidade para pedir a V.Exa. — como parte do acordo e se julgar oportuno — que crie Comissão Especial, com representação de todos os partidos.

O Governo assumiu e reitera o compromisso assumido por todos os Líderes do Governo e da Oposição, ressalvadas os posicionamentos pessoais. É com alegria que trabalhamos em conjunto, todos os Líderes, da Oposição e da base de apoio ao Governo, para produzir o possível. Mas o possível é muito bom para o País.

Temos de comemorar o acordo. Cumprimento todos os Líderes e reitero o compromisso do Governo em relação a esse entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 291.3.52.O**  
**Data: 27/10/2005**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Aqueles que forem pela manutenção do art. 129 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO O REQUERIMENTO.

Retirado o artigo.

Rejeitado o requerimento do Deputado Gervásio Oliveira por falta de amparo regimental.

Suprimidos, além do art. 129, os arts. 130 e 131.



---

**O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA** (PMDB-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - V.Exa. não dispõe do número regimental para verificação, Deputado Gervásio Oliveira.

**O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA** (PMDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicitamos, então, a suspensão da sessão por 5 minutos.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Sobre a mesa requerimento de destaque simples, do Líder do PCdoB, para votação em separado do art. 134.



---

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é requerimento de destaque simples?



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem a palavra, para encaminhar o requerimento, o Líder Renildo Calheiros.

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (PCdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este artigo trata de matéria trabalhista e não tributária. É exatamente com o objetivo da remoção do artigo que apresentamos o nosso requerimento.

Trata-se de matéria trabalhista que não cabe nesta medida provisória. Isso requer outro tipo de discussão, que não foi feita neste plenário. É exatamente por isso que apresentamos o destaque para a retirada deste artigo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Srs. Deputados, aqui encaminhamos os trabalhos de acordo com o Regimento. Quando há questão de ordem, o que é importante, concedemos a palavra. Mas, provavelmente, outros 5, 6 ou 100 Deputados têm coisas importantes a dizer.



**O SR. RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre a votação do requerimento relativo ao art. 129, há acordo assinado por todos os Líderes, do qual é importante dar conhecimento à Casa.

Acabamos de retornar do gabinete do Senador José Sarney, com o qual tentamos o entendimento. Houve esforço da Casa no sentido de superar essas questões, e não podemos permitir que o Senador ou qualquer Parlamentar se sinta traído pelo entendimento feito.

Gostaria de ler o teor do acordo feito, a não ser que V.Exa. queira fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O compromisso já foi informado. Foi assumido publicamente por todos os Líderes, inclusive pelo Líder do Governo, que solicitou à Presidência a constituição de Comissão Especial exatamente para analisar esta matéria.

**O SR. RICARDO BARROS** - Apenas quero registrar que a Deputada Rose de Freitas, os Deputados Gervásio Oliveira, Julio Semeghini e eu estivemos no gabinete do Senador José Sarney e mantivemos com S.Exa. conversa sobre o compromisso assumido pelos Líderes partidários da Câmara dos Deputados no sentido de criar grupo de trabalho para tratar dos benefícios fiscais das áreas especificadas da Região Norte; e de votar, até o final do ano, esta matéria.

Gostaria que esse compromisso fosse firmado por todos os Líderes da Câmara dos Deputados, pois é muito importante que o cumpramos. Pudemos votar esta medida provisória graças ao esforço de todos. Essa foi a parte mais delicada do





---

acordo. E estamos todos empenhados em aprovar, até o final deste ano, proposta que realmente beneficie os Estados do Pará e do Amapá.

Era o que queria registrar.



**O SR. RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, vamos votar!



---

**O SR. ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deveríamos concluir a votação. E, ao final, V.Exa. leria o texto do acordo para que a Nação dele tomasse conhecimento.

Devemos concluir a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Estamos em processo de votação de requerimento de autoria do nobre Deputado Renildo Calheiros.



---

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou falar contrariamente ao requerimento.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT foi subscritor do requerimento apresentado pelo PCdoB. Quero também encaminhar a favor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - V.Exa. terá a palavra para encaminhar.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida provisória, inclusive com as alterações resultantes da inclusão de dispositivos da "MP do Bem", trata de benefícios tributários, de questões fiscais.

De forma sorrateira foi introduzido artigo que trata do Direito do Trabalho. Todos têm consciência da profunda desorganização do mercado de trabalho com a introdução das falsas pessoas jurídicas, dos falsos estágios, da falsa terceirização. O que tem a ver com benefício tributário o artigo que reza, para fins fiscais e previdenciários, da prestação de serviços intelectuais, inclusive de natureza científica, artística ou cultural? Sujeita-se tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, querendo fugir das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Saudamos o PCdoB pela confecção deste destaque e manifestamos a solidariedade do PDT. É mais um absurdo que se comete contra o Direito do Trabalho. É contra isso que nos insurgimos.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Para encaminhar contrariamente ao requerimento, concedo a palavra ao Deputado Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se retirarmos esse artigo da medida, restabeleceremos o que a Secretaria da Receita Federal desejava, por meio da Medida Provisória nº 232: punir os profissionais liberais e aumentar consideravelmente o imposto incidente sobre aquela categoria de profissionais que se organizam em forma de sociedade.

No acordo feito hoje por todas as Lideranças partidárias não estava prevista a retirada deste artigo. Retirá-lo é fazer o que a Receita Federal desejava com a MP nº 232, ou seja, aumentar consideravelmente a tributação imposta à sociedade prestadora de serviços. Como somos contrários ao aumento dessa tributação, manifestamo-nos contrariamente à proposta do ilustre Líder do PSDB no sentido da manutenção do artigo como existe hoje no projeto de lei de conversão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Vamos votar o requerimento?

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Sandro Mabel.

**O SR. SANDRO MABEL** (PL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, é importante esclarecer que não existem somente fraudes e fraudadores. Devemos observar que este artigo foi muito bem preparado. Primeiramente, abre campo para as questões intelectuais, artísticas etc.

Sabemos que o artista trabalha para várias emissoras. O trabalho do cinegrafista ou do técnico de iluminação é específico. Como, às vezes, o serviço dura apenas uma ou duas semanas, o profissional se organiza. São as especialidades que existem hoje em dia.

Sr. Presidente, no art. 134, o parágrafo único, toma cuidado com as relações trabalhistas:

*“Art. 134. ....*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica quando configurada relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante, em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista”.*

Quem tem essa falsa estrutura, os falsos prestadores de serviço, as empresas montadas para burlar a legislação e a Previdência, sem dúvida alguma terão de enfrentar a Justiça do Trabalho.

Por isso é importante a proposta. É um avanço na legislação trabalhista. Vai criar no Brasil as condições para a produção de mais filmes, programas audiovisuais e independentes, e com maior qualidade. Haverá maior número de técnicos com mais gabarito. O País, que cresce na área de agricultura e na indústria, também crescerá no setor de produções culturais.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência adverte o Plenário de que esta sessão cai, inapelavelmente, às 18h54min.





**O SR. RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, vamos votar! (*Apoiado.*)



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - A Presidência vai encaminhar a votação porque acha que isso representa o desejo da imensa maioria da Casa.

A primeira votação é sobre a admissão do requerimento do Deputado Renildo Calheiros. Ainda não votaremos o mérito do requerimento de retirada do art. 134.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 291.3.52.O**  
**Data: 27/10/2005**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Sobre a mesa requerimento de destaque do Líder do PT, Deputado Henrique Fontana, para votação em separado do art. 137.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação o requerimento de bancada.

Adotaremos o mesmo procedimento usado em relação ao requerimento do Deputado Renildo Calheiros.



---

**O SR. WLADIMIR COSTA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, paraense que sou, recuso-me a testemunhar este ato extremamente grave praticado contra os Estados da Região Norte. A exemplo dos demais colegas da bancada do Pará, votarei favoravelmente à manutenção do artigo conforme encaminhada pelo Senado Federal.

Apesar de o PMDB ter encaminhado o voto “não”, não me sinto à vontade para acompanhá-lo. O espírito paraense fala mais alto.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Vamos votar o requerimento.



---

**O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA** (PMDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa é democrática.





---

**O SR. ZENALDO COUTINHO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ZENALDO COUTINHO** (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar contrariamente ao requerimento. Permita que pelo menos 1 Deputado fale contrariamente e 1 fale a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Se os Deputados aguardarem que a Presidência encaminhe os trabalhos, talvez ajudem um pouco mais.



**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Há oradores inscritos para encaminhar contrariamente e a favor do requerimento.

Tem a palavra o Deputado Zenaldo Coutinho, para encaminhar contrariamente ao requerimento.

**O SR. ZENALDO COUTINHO** (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há documento subscrito por todos os Líderes partidários em que se firma o compromisso de criar grupo de trabalho que atenderá à reivindicação da região amazônica, com referência aos incentivos fiscais para investimentos industriais.

Para que isso ocorra, é preciso definir as áreas de livre comércio. E ainda falta definir as regiões citadas no art. 137, que abrangem os Municípios de Santarém, Almerim e Barcarena. No momento seguinte, as Lideranças redigirão o texto de projeto de lei que transforme a região em zona franca para investimentos industriais.

Sou contrário ao requerimento de destaque, agressivo ao acordo assinado pelo próprio Líder do PT e por todos os Líderes partidários, para que se honre o texto que veio do Senado.

Nós, do Pará, vamos nos sentir lesados se, neste momento, não for pelo menos garantida a área de livre comércio, que não muda nada, que não agride o resto do País. Não se está estabelecendo o *status* de zona franca industrial, mas apenas de área de livre comércio. Esse dispositivo veio do Senado.

Fazemos um apelo ao Líder do PT para que retire o destaque. Se não formos atendidos, pedimos ao Plenário que o rejeite, para que seja cumprido o compromisso de honra que os Líderes assumiram para atender à demanda da região amazônica.

Muito obrigado.



**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque não pode mais ser retirado. Tem de ser votado.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque não pode mais ser retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - O autor do destaque é quem deve se pronunciar. Não pode ser retirado o requerimento.

**O SR. RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, então vamos votar.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar. É destaque de bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Não há como retirar o destaque.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque é para manter o acordo feito entre os Líderes. (*Palmas.*)

Por isso apoiamos o destaque.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 291.3.52.O**  
**Data: 27/10/2005**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do art. 137 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

SUPRIMIDO O ART. 137.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção. *(Palmas.)*



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Aldo Rebelo) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.